

GES
PCP

G

O camponês

ORGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

Passando este ano o Cinquentenário da República, um grande grupo de destacados republicanos procurou começar a comemoração deste aniversário com uma concentração democrática no Porto, uma Romagem ao cemitério do Prado do Repouso e uma sessão solene. Assim se prestaria homenagem aos percursores da República, os que fizeram a revolução de 31 de Janeiro, no Porto.

Mas o governo, decidido a tentar impedir por todas as formas quaisquer actos que unam, que mobilizem os cidadãos na defesa dos seus direitos espezinhados, impôs a proibição de qualquer daquelas homenagens.

(continua na 2.ª pag.)

OS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS DO ALENTEJO LEVANTAM-SE CORAJOSAMENTE CONTRA A FOME! GRANDES CONCENTRAÇÕES OBRIGAM AS AUTORIDADES A DISTRIBUIR GÊNEROS E A ARRANJAR TRABALHO!

Durante os meses de Dezembro e Janeiro, a situação dos operários agrícolas do Alentejo foi especialmente difícil em virtude do grande desemprego. Em muitas lutas a luta unida dos trabalhadores conseguiu vencer a resistência dos agrários e das autoridades a darem trabalho mas a onde se não lutou firmemente a fome foi minando a saúde e diminuindo os dias de vida de tantos portugueses.

Em Fevereiro o desemprego continuou ainda com mais força pois os trabalhos da monda cada vez utilizam menos braços em virtude da utilização da monda química pelos grandes e da fuga ao tratamento da terra por tantos outros. A somar a isto o tempo sempre chuvoso atirou para o desemprego muitos que se empregavam em diversos trabalhos. Em muitas terras do Alentejo, Fronteira, Sousel, Redondo, Messejana, etc., etc., vêm-se grupos de crianças e até mulheres e homens a pedir esmola.

A todos os que passam uma fome tão grande choca profundamente ver herdades que podiam produzir, abandonadas pelos seus proprietários. Perto de Aviz, por exemplo, o agrário Camilo Dias tem uma herdade, chamada «Casas Altas», toda cheia de mato. Segundo dizem nem 50 homens durante todo um ano conseguiriam limpar a herdade. E entretanto... não há trabalho.

Por outro lado o governo defende só os interesses dos grandes; não quer saber se há ou não desemprego. No nosso país onde Salazar acabou com as liberdades democráticas, há a «liberdade» de morrer de fome por falta de trabalho. Tudo isto mostra que, perante a situação terrível que se atravessa, é necessário recorrer a processos de luta mais firmes.

Foi isso o que compreenderam os operários agrícolas de várias terras do Alentejo que corajosamente se levantaram contra a fome obrigando as autoridades a distribuir gêneros e a arranjar trabalho.

No dia 17 de Fevereiro, na ALDEIA NOVA DE S. BENTO, centenas de trabalhadores concentraram-se junto da Casa do Povo e, gritando bem alto que tinham fome, reclamaram imediatas providências. Um dos dirigentes da Casa do Povo, o agrário Francisco Barroso, foi a Beja falar com o governador civil para que este resolvesse a situação. Foi prometido trabalho logo que o tempo levantasse e ordenada a distribuição imediata e diária de sopa a todas as pessoas.

No dia 19 de Fevereiro, em BALEIA, também a miséria da população se concentrou junto da Casa do Povo reclamando trabalho ou salário por que tinham fome. A for-

ça da GNR safu para a rua armada com metralhadoras mas o povo não se intimidou nem arredou pé. Com a sua firmeza conseguiu uma distribuição de farinha, azeite e grão. Foi-lhes prometido também que iriam trabalhar logo o tempo levantasse.

No dia 22 de Fevereiro, depois de terem ido à Casa do Povo, concentraram-se junto da Câmara Municipal de SERPA, muito povo desta vila, mostrando a sua indignação pela fome que têm passado. Também aqui a GNR procurou dispersar a multidão mas ninguém dispersou. Todos gritavam que queriam pão ou trabalho e não pancadas. Pretenderam adiar qualquer resolução com promessas de trabalho quando o tempo melhorasse mas o povo não se afastou enquanto não foi resolvido dar uma sopa de grão cozido diariamente a cada um.

Nos dias 22 e 23 de Fevereiro, 70 trabalhadores, depois 120 e mais tarde centenas de trabalhadores de PIAS concentraram-se junto da Casa do Povo a reclamar Pão ou trabalho. Em virtude da sua unidade e firmeza, conseguiram um pão, um quarto de grão e um quarto de toucinho para cada um por dia, compreendendo-se os agrários a dar trabalho logo que o tempo o permitisse. Assim sucedeu andando já neste momento os homens e mulheres na monda, os primeiros a 18 e 20\$00 e as segundas a 12 e 15\$00.

Também em VALE DE VARGO, depois de vários protestos de mulheres junto do posto da GNR, foram distribuídos diariamente um pão, um quarto de grão e um quarto de toucinho a cada pessoa. Quando o tempo melhorou as mulheres foram para a monda com 12 e 13\$00 e os homens para as limpezas com 20 e 22\$00.

Notícias ainda não confirmadas dizem-nos que em MOURA o povo se levantou e em grande massa invadiu o mercado público para conseguir de comer, pois nenhuma medida as autoridades tomavam. À GNR que apareceu, os trabalhadores gritavam que só a fome os obrigava àquilo.

Além destas importantes acções de massas que mostraram a força que os trabalhadores têm quando se unem e lutam firmemente, e como então se encontra logo soluções para o desemprego ou para a fome, também de outras lutas contra o desemprego temos conhecimento.

Em AVIZ de novo os desempregados foram falar ao pres. da Câmara. Este disse-lhes para irem trabalhar para a estrada, mas os trabalhadores, fartos de promessas e de enganar, exigiram que o pres. da

Câmara lhes desse uma carta assinada para entregarem ao capataz e não arredaram pé sem terem conseguido o que queriam.

Já em Fevereiro outros 30 trabalhadores foram pedir trabalho ao pres. da Câmara. Agora, segundo ele disse, era a chuva que não deixava fazer nada. Mas os trabalhadores disseram-lhe que não podiam morrer de fome e obrigaram-no a escrever para os agrários. Só num deles havia trabalho de arrancar mato, a 24\$00, para 50 homens. Assim foi conquistado trabalho para todos os desempregados.

Em MONTE-MOR-O-NOVO os trabalhadores fizeram duas novas concentrações de 200 pessoas cada. Com essas concentrações conseguiu-se a distribuição de muitos desempregados por vários trabalhos.

Em ERVEDAL 80 desempregados conseguiram trabalho na estrada.

Todas estas lutas, que conquistaram importantes vitórias, unem os trabalhadores, dão-lhes grande experiência e permitem continuar a mo-

bilizá-los para a defesa dos seus justos interesses.

É necessário continuar a lutar firmemente por trabalho ou pão.

É necessário lutar por uma jorna de acordo com o custo da vida.

É necessário lutar por um contrato colectivo que assegure eses jorna os 6 dias da semana.

É necessário preparar já a luta para as próximas ceifas.

Como se está fazendo em várias terras, realizemos por todo o lado reuniões de trabalhadores para combinar o que devemos fazer e como devemos actuar.

Escolhamos Comissões que representem, mobilizem e orientem os trabalhadores. Por meio de concentrações forcemos as Casas do Povo a conhecer e a ter em conta as nossas reivindicações.

Só a nossa unidade e acção impedirá que na ceifa fiquem os homens parados a ver as máquinas a trabalhar ou que nos paguem jorna de fome.

OPERÁRIOS AGRÍCOLAS! Unidos e firmemente dispostos a lutar, conseguiremos vencer a fome, o desemprego e as jorna de miséria!

AVANTE PARA A NOSSA VITÓRIA!

POR UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Para as centenas de milhares de trabalhadores rurais que passam uma existência tão difícil em virtude da falta de trabalho e das jorna de miséria, a conquista dum contrato colectivo de trabalho é uma aspiração profundamente sentida e justa.

Não é de hoje, nem de ontem, que esta reivindicação se levanta. Mas o agravamento brutal das condições de vida no campo, não só pela subida constante do preço das coisas mas também pelo recurso crescente à utilização das máquinas e a outros processos de trabalho que diminuem muito a mão de obra e pelo não tratamento de muitas terras aráveis, tudo isto torna o contrato colectivo de trabalho a solução imediata mais necessária para impedir a fome, a miséria, a morte de muitos e muitos trabalhadores portugueses.

Um contrato colectivo de trabalho é uma convenção que garante aos trabalhadores trabalho e as suas condições fundamentais.

Tal contrato tem de obrigar os agrários a determinadas condições de pagamento e de horário e as autoridades à defesa do cumprimento do que ficar contratado, isto é, combinado.

Em várias terras do Ribatejo e Alto Alentejo têm sido feitas reuniões de trabalhadores que levantam como reivindicação fundamental a garantia duma jorna de 30\$00

durante os 6 dias da semana. Em certas zonas também é colocada a necessidade de se estabelecer o horário das 8 horas de trabalho. Além disso no contrato colectivo de trabalho costumam ser estabelecidas questões relacionadas com a assistência médica, abonos de família, etc..

Dada a grande resistência que os grandes agrários, que têm voz no governo, vão pôr, é necessário que a luta por um contrato colectivo de trabalho para o operariado agrícola, seja muito ampla. Ali onde se estiver a andar mais depressa há que procurar estender a acção aos locais próximos alargando a luta a todo o concelho, a toda a região, a todo o distrito, pois só acções que mobilizem milhares e milhares de trabalhadores, a assinarem exposições, a concentrarem-se nas Casas do Povo e junto das autoridades, etc., poderão conseguir um resultado positivo.

Ao mesmo tempo a luta por um contrato colectivo tem de ser acompanhada, diariamente, pela luta contra o desemprego, por melhores jorna e por melhores condições de trabalho.

O objectivo mais importante é a conquista do contrato colectivo mas não podemos estar à sua espera, imediatamente, hoje mesmo, conseguirmos conquistar trabalho ou uma melhor jorna.



VAMOS LÁ CONVERSAR O ZÉ

—Cá estamos de novo, Zé!
—Já cá te esperava, Toino. Pois há tanto que falar a respeito das ceifas que se aproximam que nem um dia chegaria para acertar agulhas.
—São precisamente as ceifas que hoje cá me trazem, pois queria ver contigo como poderemos impedir que os agrários utilizem a maquinaria nas ceifas.
—É certo, Toino, que de ano para ano, novas e modernas máquinas são empregadas pelos agrários o que causa desemprego e fome. A ceifa, que ainda há bem poucos anos era a safra em que mais se ganhava, que mais tempo durava e que mais homens e mulheres empregava, que era sempre a esperança da malta se desencalacrar do padeiro ou merceeiro, é agora, na maior parte, realizada por ceifeiras mecanizadas.
—Ó Zé mas hás-de me explicar se devemos lutar por uma jorna melhor ou se contra o emprego das máquinas que nos roubam o trabalho.
—Olha Toino, os trabalhadores têm uma grande experiência de luta em que conseguiram muitas vezes chegar e ultrapassar mesmo os 50\$00 ou os 60\$00. Mas hoje temos também que considerar a utilização das máquinas. No passado, quando não havia máquinas que nos fizessem fronta, concentrávamo-nos nas Praças de Jorna e aí, aguentando um nro de greve, obrigávamos os agrários a lá ir para contratar os trabalhadores pela jorna que tínhamos combinado em reuniões de massas. Mas hoje já não podemos fazer assim. Devemo-nos concentrar nas praças mas daí teremos de partir, todos juntos, para ir às herdades clamar trabalho e que as máquinas não trabalhem enquanto houver raços parados ou então ceifarmos mesmo nós, obrigando depois os agrários a pagar a jorna que combinarmos.

**Escreve, por toda a parte
Fora Salazar, inimigo do povo**

—Bem visto, Zé! Quer dizer que se hoje os trabalhadores aguentassem nas Praças passivamente à espera que os agrários lá fossem, eles teriam tempo suficiente para ceifarem com as máquinas e o homem a esticar o pernil com fome.
—É mesmo assim, Toino! Temos de lutar para que as máquinas não trabalhem enquanto houver desemprego e ao mesmo tempo por jornas compatíveis com o actual custo da vida. Seria um importante passo dado pela malta obrigar os agrários e autoridades a assinar um contrato colectivo a começar nas ceifas que garantisse o trabalho. Mas claro, Toino, isto são as nossas opiniões. Temos de ouvir a opinião de todos visto que muitos vêm sempre melhor que dois. Por isso é que é preciso ir já fazer reuniões de massas em todas as localidades. Homens e mulheres devem participar nessas reuniões para discutirem as ceifas e depois elegerem Comissões que organizem e orientem a nossa luta procurando ligá-la com a de outras terras.
—Muito bem, Zé, eu vou já falar com a malta sobre isso pois não há tempo a perder. As ceifas estão à porta.
—Então adeus Toino, até breve.

MAIS UM ROUBO

DESCARADO DOS GRÉMIOS

Em Torres Novas o Grémio da Lavoura proibiu no ano passado a venda livre do figo obrigando a sua venda ao Grémio por preço imposto por este.
Em 1958 esse preço foi de 50\$00 a arroba mas este ano já foi de 27\$50 e para o ano o Grémio anunciou que passava para 25\$00.
Isto é um verdadeiro roubo pois o Grémio, isto é, os senhores que o dirigem, compram o figo mais barato para o vender aos industriais de aguardente que também estão metidos no Grémio.
É necessário protestar contra esta ladroeira!
Mas para fazer tal protesto é preciso unir os produtores de figo de Torres Novas para todos juntos reclamarem a venda livre do figo. Assim lutarão contra a ruína e a miséria.

LUTEMOS CONTRA AS JORNAS DE FOME NOS TRABALHOS DO ARROZ!

Milhares de operários agrícolas, em especial mulheres, procuram nos trabalhos do arroz o seu sustento. De grandes distâncias se deslocam para esses trabalhos onde muitos arruinam a sua saúde pela dureza do trabalho, pela falta de alojamentos condignos, assistência médica e medicamentos.
Entretanto os agrários ganham centenas de contos (25 hectares de terreno cultivado de arroz dão 150 contos de lucros) e pagam aos que trabalham uma jorna de fome, fazem contratos miseráveis que ainda depois, quando os trabalhadores já se encontram nos locais de trabalho, são alteradas pelo managero que a título de dar comida os rouba descaradamente.
Mulheros e Homens! Só através da nossa luta unida e organizada poderemos tornar menos duras as condições de trabalho e menos miserável a nossa jorna. As experiências dos anos anteriores mostraram-nos que a onde nos unimos e lutamos, conquistamos melhores jorna, melhores instalações e medicamentos contra as febres.
Nas Vilas, Aldeias, Casas do Povo, tabernas e locais de trabalho

conversemos uns com os outros sobre a necessidade de uma jorna que compense o custo da vida e sobre as condições de trabalho. E, todos unidos e firmes forcemos os agrários a darem as condições que foram combinadas.
Se nos recusarem o que pedimos, façamos **ceira**, trabalhando lentamente, porque com jorna de fome, não é possível haver forças para trabalhar depressa. Não esquecer também que os trabalhos têm o seu tempo para se fazer e se nos mantivermos unidos e firmes os agrários serão obrigados a dar o que pedimos, se nos recusarmos a trabalhar.
Unindo-nos e lutando conseguiremos os nossos direitos!

MAIS LUTAS

DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

GRANDOLA (Arredores) Alguns ranchos de operários agrícolas que trabalhavam na limpeza dos sobreiros e que ganhavam a jorna de 21\$00 e 22\$00, depois de combinarem pedir a jorna de 24\$00, disseram aos agrários que abandonariam o trabalho se não lhes dessem os 24\$00. Os agrários, vendo a disposição dos trabalhadores, concordaram em pagar a jorna pedida.
COUÇO—Desde começos de Fevereiro que as mulheres se têm recusado a sair para as cavas das lamas do arroz por menos de 20\$00. Os agrários ameaçaram-nas com a vinda de mulheres de Mora e Cabeção por 10\$00. Tem muita importância a realização de reuniões onde as mulheres estreitem a sua unidade e combinem bem o que devem defender até ao fim.

CARTAS DE LEITORES

GRANDOLA—No lugar de Freijero, na propriedade do grande agrário Silva de Montenegro este não satisfeito com o pagamento da jorna de jorna de 8\$00 às mulheres, chega ao sábado e não nos paga a jorna, transformando assim ainda mais a nossa vida. Unamo-nos e vamos junto do agrário exigir mais jorna e o seu pagamento ao sábado.
Um operário agrícola

ALCARCER DO SAL—Na Herdade de Palma, os operários agrícolas que não têm filhos a tratar, são destacadas para irem trabalhar a muitos quilómetros de distância das suas residências. Para se encontrarem no local de trabalho às horas a que são forçadas a pegar (nascido do sol) e largar ao Pôr do Sol, são obrigadas a sair e a entrar em casa a altas horas da noite, sem tempo para descansar.
Unidos vamos junto do agrário exigir meios de transporte e que as horas de trabalho comecem quando salmos de casa, ao nascer do Sol e acabem quando chegamos a casa, ao Sol posto.
Uma operária agrícola

FALA UM RENDEIRO DO CONCELHO DE SERPA

Depois de laborar todo um ano, trabalhando de 16 a 17 horas por dia com a seara, faço apenas 4 contos em toda a semente que colhi. Mas com o adubo e as foragens lá se foi todo o ganho.
Os 2 contos que fiz em azeite não chegaram para os impostos e a doença que há em casa.
Nós, rendeiros, ou mesmo os que têm de seu um pequeno pedaço de terra, não temos qualquer protecção do governo. Temos de pagar tudo, desde o sal à água, estamos carregados de impostos para o Grémio, para a Casa do Povo, sem qualquer lucro. Assim estamos sem demoras com o alforge às costas a mendigar de porta em porta.
Esta é a minha situação e a de todos da minha classe na minha terra.

DIGNIDADE E DEDICAÇÃO

Das várias centenas de camponeses que têm passado pelas prisões da PIDE, a maioria tem sabido manter, nessas horas mais difíceis, a sua dignidade, a sua dedicação aos companheiros de luta, no fim de contas, a sua dedicação aos interesses próprios e aos interesses de todo o povo.
A traição dum José Candeias (de Baleizão) ou dum Bento Sezifredo (carpinteiro de Vale de Vargo) que se tornaram vis serventuários da PIDE, são casos isolados que as massas camponesas sabem afastar do seu convívio e colocar lá onde devem estar—dentro do bando de inimigos do povo.

31 DE JANEIRO

(continuação da 1.ª pág.)

Apesar disso milhares de pessoas conseguiram entrar no cemitério do Prado do Repouso e muitas mais se juntaram fora. Forças da PSP, orientadas pela PIDE, procuraram desfazer essa concentração utilizando processos violentos, com jactos de água, caceteles, etc., que provocaram muitos ferimentos e levaram até ao hospital muitos cidadãos, entre os quais o Sr. Dr. Arlindo Vicente.
Esta arbitrária repressão provocou uma importante manifestação de protesto, gritando toda a gente: «Liberdade», «Amnistia», «Abaixo a PIDE». Tal manifestação, que uniu aos portugueses muitas delegações idas de todo o país, é bem um exemplo do protesto que enche toda a Nação.
Como temos dito só a acção unida dos democratas, dos portugueses explorados e oprimidos pelo actual regime, pode impedir a continuação deste ambiente de terror.
Para conduzir essa acção unida é necessário criar em todas as terras Comissões que tratem do recenseamento, da luta pela Amnistia da defesa dos direitos dos cidadãos, dos preparativos para as próximas eleições, dos interesses locais, etc.
Formemos uma larga organização legal de oposição à política de terror do governo.

Outros camponeses, que não mantiveram a firmeza do seu porte fazendo denúncias, sofrem hoje o remorso que não se apaga e o isolamento a que são votados.
Mas os que têm sabido manter-se firmes ante os inimigos do povo, esses são inúmeros. Os seus exemplos devem ser divulgados. Por todo o lado devemos esclarecer que a PIDE é nossa inimiga, o que lhe dissermos serve os nossos inimigos; que a dor das pancadas passa num dia ou numa semana, mas a tortura da consciência que traíu não passa nunca.
Manuel dos Santos Gonçalves era um jovem operário agrícola de Vale de Vargo. A sua actividade em defesa dos trabalhadores levou-o para fora da sua terra há anos. Em Junho do ano que findou viu a sua casa assaltada pela PIDE e GNR e logo ali, a PIDE tentou que ele assinasse um compromisso com a polícia «pois o deixariam em liberdade». Recusou-se.
Na PIDE do Porto fizeram-lhe perguntas sobre os seus companheiros a quem caluniavam, ameaçando-o e mantendo-o 4 dias e 4 noites sem dormir e a ser interrogado. Falavam-lhe também na mulher e nos filhos dizendo: «Veja as condições em que está a sua mulher com dois filhos que tem; como se vai ela governar e você podia ir-se embora se falasse».
«Isto são manobras estafadas, que eu conhecia mesmo sem nunca lhes ter passado pelas mãos. Mas uma coisa é certa: tenho confiança em mim e consciência e por nada trairia»—escreveu Manuel Gonçalves. E acrescentava: «Como tenho pouca cultura não lhes respondia às calúnias que diziam, mas o que eu sabia dizer bem era **não faço declarações** e foi esta a minha palavra sempre até ao fim do último interrogatório».
Eis um exemplo digno de ser seguido por todos os camponeses. Manuel Gonçalves conseguiu evadir-se dum das prisões da PIDE em meados de Dezembro último, para voltar a lutar pelos interesses dos camponeses.